

Entre cruzeiros e cartilhas: a ação da Igreja Católica nos movimentos sociais de luta pela terra no Norte do RS na década de 1980.

João Carlos Tedesco¹

Considerações iniciais

A região norte do Rio Grande do Sul caracterizou-se, a partir do final dos anos 70, como um espaço de grandes lutas sociais em torno da questão da terra. Vários movimentos sociais se apresentaram; o MST se constituiu a partir das lutas nessa região; o eixo da questão da terra tornou-se muito expressivo.

Por conta disso, analisaremos aqui especificamente alguns aspectos da inserção e das ações de membros da Igreja Católica junto aos movimentos sociais de âmbito regional, em especial, os de luta pela terra.²

Já de início enfatizamos que não dá para afirmar ser uma presença e ação da Igreja Católica como tal, até porque essa realidade nunca foi unânime, nem consensual e nem sem profundos conflitos internos e externos. Não dá para dizer que sempre foi a presença da CPT (Comissão Pastoral da Terra) junto às lutas sociais pela terra, até porque a mesma não estava tão bem constituída na região e nem havia tanta inserção junto aos camponeses que lutaram pela reforma agrária nas ações específicas de âmbito regional pós-meados dos anos 70. Houve sim presença marcante de membros do campo eclesial que incorporaram a luta social pela terra e, de uma forma ou de outra, possuíam amparo na CPT. É interessante também enfatizar que houve alterações substanciais nas ações e presenças da Igreja Católica nesse período de lutas sociais pela terra na região e é isso que definirá nossa temporalidade analítica e empírica.

Nosso eixo central de análise se dá no sentido de mostrar as dinâmicas que envolveram a mediação política e religiosa do campo eclesial da Igreja Católica

¹ Professor do Programa de Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

² O texto sintetizado aqui é fruto de um trabalho mais amplo que desenvolvemos com o professor Valdemar da Silva Goes sobre o papel da Igreja nos movimentos sociais de luta pela terra no RS a partir dos anos de 1950.

junto aos movimentos sociais regionais em torno da luta pela terra, bem como perceber ações, redefinições, continuidades, rupturas, conflitos internos, embates e resultados dessa participação.

Os recursos utilizados para pesquisa e análise da mediação de grupos do campo eclesial da Igreja Católica nesse período de conflitos agrários envolveram arquivos dos jornais locais, como *O Nacional*, o *Diário da Manhã*, e de jornais de maior abrangência, como o *Zero Hora* e o *Correio do Povo* para levantamento de matérias no que tange à presença da Igreja Católica nos conflitos em questão, documentos da CNBB, diretrizes de pastorais da Diocese de Passo Fundo; foram realizadas várias visitas às lideranças dos acampados e assentados, bem como buscamos entrevistar políticos da região e religiosos que atuaram diretamente nos conflitos agrários.

A dimensão da “pastoral da terra”

Em seus primeiros anos (por quase uma década), o regime militar conseguiu anular em grande parte as ações da ala progressista da Igreja Católica no meio rural. Na realidade, o mesmo a teve como aliada nas políticas assistenciais nos órgãos de representação de determinadas categorias, em especial na organização sindical, cooperativista e nas esferas de mediação da informação e do conhecimento. Sem dúvida, com os militares, recompõe-se a aliança da propriedade da terra com vários expoentes do capital (financeiro, comercial e industrial nacional e multinacional), tendo os movimentos sociais perdido parte de sua efervescência, ainda que, é bom ressaltar, não tenham desaparecido por completo. A população pobre foi empobrecida mais ainda, o arrocho salarial, a carestia econômica, o desemprego, a repressão e a tortura sensibilizavam cada vez mais a oficialidade da Igreja Católica. Várias pastorais já vinham se constituindo no sentido de enfrentamento ao regime. Padres, bispos, religiosos, leigos ligados à esfera da Igreja também foram torturados, silenciados e reprimidos (MATOS, 2003). Protestos contra o regime existiam em todo o país; havia pressão para que a oficialidade da Igreja saísse da omissão e engrossasse a fileira dos que lutavam contra a opressão, a tortura e o cerceamento da liberdade de imprensa e dos indivíduos. Membros da Igreja católica latino-americana tornaram-se mártires na luta social (BEOZZO, 1994).

Até chegar ao Concílio Vaticano II, a Igreja Católica passou por diversas fases e faces. É nesse espaço temporal de 1960 a 1980 que a Igreja Católica atenta para os direitos humanos e compromete-se com os oprimidos. Consciente de que as transformações sociais e a ascensão social dos pobres passam pelo rompimento das cadeias que escravizam não só em seu trabalho, mas também em sua consciência, a instituição religiosa começa então a atuar na organização dos mesmos. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) nasceram numa conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo conseqüente fechamento dos canais de participação política. Reagindo contra ele, em nome dos direitos humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEBs e às pastorais mais sujeitas à repressão policial militar. Na década de 1970 e no início da seguinte, muitos setores sociais encontraram nas CEBs seu espaço de atuação política, embora não deixassem de serem espaços propriamente religiosos. As mesmas se formaram, de modo geral, em regiões cuja população não era freqüentemente atendida por padres.

A partir do Concílio Vaticano II, em 1965, e dos encontros episcopais de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979, a Igreja Católica desenvolveu ações de maior sensibilização pelos pobres do campo e das cidades. Desde então, a sua inserção junto às classes populares (empobrecidas) passou a estimular a organização e também a difundir uma visão calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase à participação popular. Um fator importante para isso foi a Teologia da Libertação. Essa foi uma corrente teológica que englobou diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir da década de 1970 (MOURA, 1981: 39). Desenvolvida inicialmente na América Latina, esta teologia utilizou como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã (BEOZZO, 1994).

É nesse contexto, juntamente com o empobrecimento dos camponeses e o crescimento dos agricultores sem terra, que a Igreja começou, a partir da fundamentação bíblica, a organizar os sem terra. Inspirada por uma leitura transformadora da realidade social em que vivem os pobres, os membros da CEBs procuraram concretizar essa nova visão atuando em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, associações de movimento, em virtude da valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista.

O desafio concreto e eficaz da militância política no meio rural levou a Igreja a uma ação pastoral que viria a se materializar naquilo que hoje chamamos de “trabalho de base”. Grupos no interior da Igreja Católica atuavam em meio aos camponeses para desenvolver algumas ações que viabilizavam a transformação da estrutura fundiária. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) nasceu com esse intuito; destacou-se nas grandes diretrizes da oficialidade da Igreja por entender que, tradicionalmente, a mesma sempre foi aliada dos grandes proprietários de terra e que, por isso, não poderia facilmente assumir um compromisso com os camponeses (MARTINS, 1994: p. 104).

Nesse sentido, a década de 70 foi marcada pelo enfrentamento ao regime e se tornou rica em experiências de quadros pastorais. Foi um cenário de auto-compreensão da Igreja, ainda que se ressalve sua não consensualidade (MATOS, 2003). Há, porém, uma maior expressão de uma tendência pastoral e eclesial para o enfrentamento, senão estrutural, pelo menos conjuntural das injustiças sociais, de uma evangelização com e “a partir do povo” (COUTO, 1988), ou seja, uma igreja mais inserida nos movimentos populares com as chamadas “pastorais sociais”.

Vários foram os documentos da Igreja que denunciavam os excessos do regime, a recessão econômica, a marginalização do povo e o problema agrário; alguns deles foram muito importantes, dentre os quais, destacamos: “Eu ouvi os clamores do meu povo” (1973); “Marginalização de um povo: grito das Igrejas” (1973); “Comunicação pastoral ao povo de Deus” (1976); “Exigências cristãs de uma ordem política” (1977). A instituição viveu situações em que alguns de seus membros foram perseguidos, tensões e conflitos internos foram constantes; pastorais sociais foram implementadas, testemunhando a promoção humana e a luta pela justiça social.

E a questão da terra nesse cenário?

Preocupada com o campo religioso, com os valores que sempre foram devotados ao agricultor familiar em sua adequação doutrinária, a Igreja tomou decisões políticas que foram fundamentais para as futuras ações dos movimentos de luta pela terra e para ela mesma. A CPT passou a ser importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares. A mesma passou a explicar para os camponeses as contradições e interesses que o rural brasileiro, em sua História, constituiu. A referida entidade mantinha com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) uma

relação de integração. Na realidade, caracterizou-se como órgão pastoral a essa ligada, porém autônoma. Um aspecto importante a ser considerado é que a CPT se propôs ser ecumênica, contando com a participação de pessoas ligadas a outras religiões, como luteranos e principalmente metodistas (HOFFMANN, 1997). Nos movimentos de luta pela terra na região norte do estado essa dimensão ficou bem visível.

Não podemos esquecer que, historicamente, a Igreja Católica teve presença importante no processo de constituição cultural, social, política e, obviamente, religiosa no meio rural e, em especial junto ao colono, agricultor familiar. Na dimensão cultural, a Igreja mantinha escolas confessionais católicas para os descendentes de europeus, ao passo que os caboclos só tinham acesso às escolas municipais, se é que chegavam à escola. Na verdade, o caboclo, em sua maioria, permaneceu analfabeto (HOFFMANN, 1997). Com relação à formação de lideranças nas comunidades rurais, é necessário frisar que, na fase mais contemporânea de reivindicações para conseguir terra, esse trabalho foi além das fronteiras da CPT em sua luta pela reforma agrária. Destaca-se a ação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), que teve um papel extremamente importante no que se refere à formação de lideranças no meio rural, organizando grupos de jovens nas comunidades e oferecendo uma série de cursos que procuravam despertá-los para a realidade social e política do país, bem como para habilitá-los a participar ativamente como líderes comunitários e sindicais. A CPT vai trabalhar muito nesse sentido na segunda metade da década de 70 e em toda a de 80.

A primeira atividade de grande participação popular da CPT no Rio Grande do Sul foi a comemoração do Dia do Agricultor em julho de 1980, a qual ocupou um espaço central nas discussões e nos planejamentos dos primeiros anos de sua ação. A mesma procurou aproveitar esses momentos comemorativos, de possibilidade de aglutinação de agricultores, em espaço de reflexão sobre a situação socioeconômica dos mesmos e sobre a organização da categoria, procurando criar um espaço de mediação, uma força de interlocução, uma abertura de espaço para novas dimensões políticas junto aos ditos subalternizados no meio rural.

A região norte do estado foi um espaço de grande atuação nesse sentido não só nos períodos da confecção dos acampamentos de sem-terra, mas anteriormente e concomitante, em especial nos espaços de algumas paróquias e sindicatos de

trabalhadores rurais. O desenvolvimento desses atos, de momentos de discussão e reflexão, de confraternização e lazer e celebrações religiosas, contribuíram para alcançar os objetivos propostos, pois em todos os momentos se buscava garantir a participação ativa dos agricultores e com isso obtinha-se, também, maior legitimidade da referida ação pastoral da Igreja Católica.

A ação da CPT entre os agricultores, em parte, foi possível porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lhe deu espaço político. Nas assembleias gerais da entidade máxima da Igreja Católica, na década de 1980, a mesma posicionou-se claramente a respeito de dois assuntos: reforma agrária e distribuição dos solos urbanos. Ou seja, estavam evidenciadas as duas grandes linhas de ação da mesma. Também surgiram os livros do frei Leonardo Boff sobre a teologia da libertação. Por sua vez, como vimos no primeiro capítulo, os documentos do Concílio Vaticano II, concluído em 1965, apontavam em uma direção: o compromisso da Igreja para com as causas populares, com os oprimidos; tanto o campo como a cidade, em meio a uma certa prosperidade econômica do país, eram espaços contraditórios do próprio modelo de desenvolvimento e, portanto, produtores de exclusão social.

Podemos chamar a década de 1980 como “década de ouro” para a Igreja Católica, por ter sido a mais rica em acontecimentos valiosos de luta popular. A luta dos agricultores sem-terra se mostrou forte no acampamento da Encruzilhada Natalino (em 1980) e na ocupação do latifúndio improdutivo chamado Fazenda Anonni (em 1985), ambos no Norte do Rio Grande do Sul. As conseqüências dessa opção preferencial pelos oprimidos sem terra gerou uma intensa mobilização de agentes de pastoral para atender as demandas e fortalecer a luta e organização, bem como divisões no interior do campo eclesiástico, divergências também em torno da dimensão religiosa disseminada e ritualizada, numa região de características históricas de latifúndio e de associação entre a oficialidade da Igreja regional com grupos detentores da grande propriedade da terra. Começava-se, então, a se redefinir alguns elementos dessa performance histórica através de uma mediação instituída oficialmente (CPT) e que introduziu novos horizontes ritualísticos e lingüístico-interpretativos do campo bíblico, adotando-se a cruz para significar o sofrimento e a conquista ao mesmo tempo. Além da adoção da cruz como

símbolo, a bandeira nacional passou a estar sempre hasteada no primeiro dia da ocupação.

Houve maturação do próprio movimento social, bem como no interior da Igreja Católica em torno da questão da terra. A CPT estava ganhando corpo no interior da oficialidade da Igreja Católica brasileira e, também, acrescida por lideranças religiosas de outras instituições e lideranças políticas, sindicais e acadêmicas. No fundo, a mesma agregou um contingente de lideranças e adeptos da luta social reprimidas durante o regime militar. Isso foi fundamental para a reconfiguração da luta pela terra em nível regional.

A mística religiosa: a cruz e a Bíblia

A dimensão da cruz, do sofrimento se faz presente com grande intensidade. A mediação da CPT e de religiosos de várias congregações auxiliaram nesse sentido. Promessas não cumpridas e experiências frustradas em períodos anteriores, a falta de perspectivas de vida no meio rural para centenas de camponeses na região, fez com que a mística religiosa em torno da luta, da conquista da terra como dom de Deus para todos ganhasse corpo (HOFFMANN, 1997). A mediação religiosa encontrou um terreno fértil para sua filosofia religiosa renovada e com dimensão política progressista no meio rural.

Para os acampados, a cruz era um símbolo sagrado. Além das escoras, recebia um pano branco quando morriam crianças, para simbolizar que o espírito destas crianças estaria permanentemente ali, dando-lhes força para não desanimarem e não fraquejarem no sonho de obter terra (HOFFMANN, 1997). Com esse gesto, eles sempre teriam na memória as pessoas ausentes, que seriam mártires para todos os acampados. A cruz transformou-se, progressivamente, no símbolo catalisador da vida no acampamento, na qual estavam expressos os sentimentos de dor, de morte, de solidariedade e de esperança (MARCON, 1997: 91).



As celebrações litúrgicas, em geral, da Igreja Católica, revelavam a forte presença dessa no interior da luta social em meados dos anos 80.

Fonte: Arquivo pessoal do padre Arnildo, presente no acervo do MAB em Erechim.



As romarias da terra reuniam dezenas de milhares de pessoas; eram o ponto alto da presença da Igreja Católica, através da CPT, na luta social pela terra.

Fonte Arquivo pessoal do padre Arnildo, presente no acervo do MAB em Erechim.

Racionalização religiosa e secularização: mais bandeiras e menos cruzes.

A trajetória de grande mediadora atribuída à Igreja Católica, através da CPT e de religiosos outros envolvidos na luta social, sofreu algumas alterações a partir da segunda metade da década de 1980; a mesma foi redefinida no interior do movimento social por várias razões internas e externas ao movimento social em questão. O acampamento da Annoni foi marco de referência do MST para todo país num cenário de redemocratização, de efervescência política, de recomposição partidária, de crise do modelo de desenvolvimento agrícola e suas repercussões na dinâmica das relações agrárias. Esses novos horizontes sociais também vão repercutir no interior da Igreja Católica e no próprio movimento social de luta pela terra. O campo religioso passou a ser racionalizado, ou seja, mediado por horizontes outros, redefinidos no interior da própria luta social.

Localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, na altura do km 50 da RS-324, que liga Passo Fundo a Nonoai, a Fazenda Annoni, um latifúndio de 12 mil hectares, situava-se numa rota histórica de luta pela terra, dela fazendo parte outros dois pontos de referência, os quais se distanciavam entre si por 20 km: a Fazenda Sarandi (1962) e a Encruzilhada Natalino (1980), que acabaram se tornando símbolo do movimento pela terra pós anos 60. A Fazenda Annoni foi declarada de interesse social para fins de desapropriação e o reassentamento de parte das famílias desalojadas pela construção da barragem do Passo Real. A partir disso, o Incra começou os processos de demarcação dos lotes para onde seriam transferidas parte das famílias do Passo Real.

Já se passaram quase 20 anos do Concílio Vaticano II e a Igreja Católica reafirma sua opção pelos pobres, adentrando para a discussão dos direitos humanos, pela oposição sindical, pela luta pela redemocratização do país, da pobreza que se generaliza, pela reorganização social e política, pelo Estado de Direito e contra as ações do FMI. Documentos da CNBB são elaborados nesse sentido dando ênfase à conjuntura política, à sua missão evangelizadora, aos valores éticos e de justiça, à necessidade de reconstituir instituições democráticas.

Na referida década continuou havendo profundas divergências no interior da institucionalidade religiosa; havia os que defendiam uma igreja “essencialmente religiosa” e outra inserida no mundo político e “profano” (MATOS, 2003: p. 232). Os

fatos sociais do período vão provocando opções mais definidas da Instituição. O MST tinha sido criado um ano antes da ocupação da Fazenda Annoni, em 1984, no estado do Paraná, num congresso que reuniu 1500 lideranças de vários estados do país, porém a ocupação da Annoni foi a primeira grande ação do movimento, por isso que, para alguns analistas e mesmo líderes do Movimento, ele teria começado nessa luta social e com forte presença e apoio da CPT e de outros mediadores do campo eclesiástico e religioso.

No dia 11 de fevereiro de 1986, a CPT promoveu outra Romaria da Terra, realizada na Fazenda Annoni, com a participação de mais de 50 mil entre agricultores e simpatizantes da luta social pela terra de várias regiões do Estado e do sul do Brasil. Esse ato de participação de massa foi central para a firmeza na decisão de grupos da Igreja em continuar apoiando a causa dos camponeses. A Igreja, como instituição, estava inserida dentro do próprio acampamento. Por outro lado, especialmente o bispo Dom Cláudio, sempre se posicionou contra os sem terra e queria amenizar, apaziguar as tensões dos movimentos pela terra.

A CPT teve um papel significante no acampamento da Fazenda Annoni pelo incentivo dado aos agricultores sem-terra, envolvendo uma mística religiosa segundo a qual a terra prometida seria entregue a eles. Incentivava o trabalho em grupo, “os coletivos”, para que sobrevivessem às precárias condições em que viviam, como foi demonstrado em matéria publicada no Dia do Agricultor (25 de julho de 1986), do qual participaram crianças do acampamento. No cotidiano do acampamento, os conflitos se constituíam com o passar dos meses; há registros da grande dificuldade do grupo central em organizar o cotidiano, suas demandas, seus desafios, as idealizações dos acampados não realizadas. O tempo longo de acampamento foi desgastando as relações, o processo de coesão foi sofrendo abalos, lideranças foram perdendo legitimidade, novos argumentos teriam de ser constituídos para alimentar a permanência e não criar conflitos internos mais do que os já existentes; as várias interferências externas, de grupos políticos, militares, midiáticos, jornalísticos e religiosos tornaram a convivência difícil.

Os conflitos se manifestavam também em termos de opções de ações, metodologias e representações em quadros sociais e políticos externos e internos, em especial entre a CPT e o MST. A Bíblia, suas passagens em torno do sofrimento, sacrifício, da mística da cruz, começaram a ser questionadas pelo MST, bem como a

presença de outras igrejas e suas interpretações variadas do campo teológico demonstravam certa redução do poder legitimador e aglutinador que a Igreja Católica até então sempre teve. Não podemos esquecer também as agremiações partidárias já contituídas em seu interior que, no fundo, formava quadros e renovava os já existentes com influência e decisão do comando geral de até então.

O MST, no período já constituído em nível nacional, entendia que as lutas eram duas, com dois objetivos; o mesmo queria reforma agrária, uma política estrutural de transformação no campo; os “afogados” lutavam pelo reassentamento, suas mediações e as estratégias de ação eram outras. A ingerência do MST na luta por esse grupo não era ampla e nem legítima, pois não havia participado da organização preliminar a sua ocupação. Havia outros grupos, inclusive partidos políticos e prefeitos da região de agremiações variadas em seu interior e contrários ao MST. O MST entendia que a estratégia de inserção dos “afogados” era para esvaziar a luta dos sem terra. Esse conflito se estendeu por muitos meses sem solução, porém a inserção dos “afogados” no interior do acampamento se deu.

A Igreja Católica, através da CPT e de outros religiosos aproveitava os rituais de aglutinação de grandes massas para amenizar os conflitos internos e marcar sua presença. Em fevereiro de 1986, a CPT promoveu a 9ª Romaria da Terra na Fazenda Annoni. Esse ato político-religioso legitimou a ação do campo eclesiástico e religioso no interior da luta social e também as reivindicações dos sem-terra. Essa manifestação deu forças para o grupo participar de vários movimentos considerados populares e para várias entidades manifestarem seu apoio aos mesmos.

Nessa primeira fase do referido acampamento (anos de 85 e 86), o campo eclesiástico teve um papel determinante. As campanhas de solidariedade, a produção de materiais explicativos, as visitas de pessoas de repercussão nacional do campo religioso, os cursos de bíblia, o incentivo a vida comunitária, a mística religiosa e sua ritualidade quase cotidiana (missas, encontros, caminhadas, trabalho coletivo, simbologias da esperança) de renovação das forças para que continuassem na luta, na imposição de visões de mundo em que o coletivo e a adoção de valores comunitários são entendidos como de sobreposição aos desejos individuais etc., eram produzidos e difundidos para atestar e afirmar processos de mediação. Nesse sentido, observa-se como havia toda uma

mística religiosa em torno dos acampamentos de sem terra e da luta que eles enfrentavam todos os dias para alcançar seu objetivo. A mediação eclesiástica partia do princípio que, sem a ajuda religiosa, a crença e a esperança passada para essas pessoas, não haveria persistência em continuar, ainda mais em condições precárias, enfrentando a fome e o frio, doenças e o descaso do governo para com as suas necessidades.

Com o passar dos meses e, também dos anos, o espaço de poder no interior da luta social é ocupado pelo MST; a CPT apresentava-se então mais como uma espécie de apoio ao MST. A dimensão política ficava a cargo do MST, a animação e a constituição de redes externas ficava a cargo da mediação eclesiástica.

Para muitos acampados, a mediação da igreja era fundamental, lhes dava garantias de uma esperança de conquista da terra, não tanto pelos seus rituais, mas pelo papel institucional e social (capital social) da mesma, para lhes dar forças para continuar a luta, avançando com as manifestações pacíficas em busca da reforma agrária. Acampados em frente à Assembleia Legislativa, um grupo de camponeses, apoiados por instituições de solidariedade atreladas à Igreja Católica, ali permaneceram durante noventa e um dias, com a esperança de que o governo realizasse as desapropriações de terras. Contudo, como viram que já não causavam pressão sobre o governo, por se tornar rotineiro este tipo de ato público, voltaram para a Fazenda Annoni com outra estratégia: a de ocupação de outras áreas. É nessa conjuntura que o MST racionaliza as ações do grande grupo, dimensiona pelo lado partidário a luta social e faz pressão pela região e outras partes do estado, agregando-se a vários outros acampamentos existentes. Por isso, no dia 29 de setembro de 1986, os colonos da Fazenda Annoni decidiram dar início a uma caminhada até as glebas desapropriadas na região de Cruz Alta. O saldo da ação foi que vários colonos ficaram feridos, outros presos e houve muitas tentativas de iniciar a caminhada, porém foram obrigados a permanecer no acampamento. O MST, a partir de então, reivindicou também o apoio de entidades ligadas ao campo religioso e de grande respaldo político e social em nível de país. Frei Beto foi uma dessas personalidades. O mesmo deixou claro que a “Igreja está apoiando e continuará dentro de suas possibilidades a luta dos colonos da fazenda Annoni por se tratar de uma luta justa”.³ Dom Helder Câmara também se manifestou em nome de uma ala progressista

³ “Frei Beto Prevê explosão social”. *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 13 out. 1986, p. 3

da Igreja em prol da reforma agrária.

O sentido econômico do solidarismo começou a se chocar com o sentido comunitário do mesmo. Para o MST, a formação de grupos coletivos tinha uma dimensão econômica maior, ou seja, de produção e produtividade, como forças que se somam para produzir melhor e mostrar que o sacrifício do acampamento valeu a pena. Para o campo eclesiástico, isso era importante, mas não suficiente se não fosse desenvolvido o espírito solidário e comunitário. Sem esses valores, a igreja entendia que esses laços coletivos no campo produtivo logo se esvaíam (como de fato aconteceu em quase todas as experiências dos assentamentos).

Alguns grupos acabaram desistindo e plantando sua pequena área individual e isoladamente, fato esse que, em grande parte, se repetiu nos assentamentos da região. Um fato que criou mais conflitos internos foi o MST ter decidido que os escolhidos para assentamentos seriam os camponeses que tivessem uma melhor experiência econômica da produção coletiva. Esses seriam os priorizados para os assentamentos que estavam por vir. Esse critério de escolha, de seleção e de prêmio ao mesmo tempo, criou conflitos, divergências com a mediação religiosa, conflitos no interior dos grupos, bem como incentivou outros a tentar e/ou consolidar essa prática. Através disso, estava de certa forma, cimentada a hegemonia das propostas do MST no interior do movimento e na determinação das decisões. Na realidade, nem sempre eram claras as escolhas e os critérios; em geral funcionavam “no dedo”, como entrevistados nos disseram. Os considerados melhores colonos, quem tinha melhor experiência com a terra em situações anteriores ao acampamento, bem como os que eram próximos das lideranças e/ou considerados líderes acabavam sendo os preferidos. Ressentimentos, reclamações, conflitos internos, brigas e divergências marcaram essa realidade de distribuição de terra “na Annoni”. Até hoje, passados mais de 20 anos de alguns dos assentamentos, discute-se sobre os processos de seleção da época e, não há uma explicitação com clareza em torno dos mesmos, “foram sim é escolhidos a dedo. Isso provocou muitas divisões entre nós e ainda hoje não se curou isso”.⁴

O acampamento da Fazenda Annoni, em sua fase já avançada, acabou por

⁴ Entrevista direta realizada no Acampamento Holandês com assentados que não quiseram ser identificados; em novembro de 2009.

redefinir o papel do campo eclesial desse processo de luta. Não temos dúvidas que alguns fatores contribuíram para isso, dentre os quais a “consolidação do MST enquanto ator político, o momento político nacional e novas formas de análise da sociedade” (HOFFMANN, 1997: p. 168), mostrando que a luta pela terra tomava um rumo diferente e passava a contemplar o aspecto político, deixando de lado a simbologia do teológico, do campo bíblico. O MST passou a ter o seu próprio programa de formação política, no qual secundariza os agentes religiosos, fazendo reuniões e tomando decisões sem estes e sem outros colaboradores da causa, ou seja, tornou-se mais independente.

Não houve um processo de escanteamento da Igreja Católica e de outras presentes no interior do acampamento, apenas as decisões e as significações da ritualidade não a tinham mais como agente especial de mediação. Houve sim, tentativas de racionalizar as estratégias e aglutinar as lutas sociais numa perspectiva mais ampla, envolvendo uma série de outros movimentos sociais presentes na conjuntura brasileira e que ganharam o apoio dos sem-terra e vice-versa; ou seja, a luta social começou a ter um processo em rede, em sinergia entre os movimentos, fato esse que transcendia mediação e a ritualidade do campo religioso; a esfera política e, em especial, a partidária ganha força no interior dos movimentos sociais. O Partido dos Trabalhadores se constitui e se fortalece no interior dessa nova estratégia de organização social. Assim, vemos que a luta pela terra tornou-se mais política, modificando as suas representações. A CPT mudou seu discurso e modo de apoiar a causa, posicionando-se no sentido de dar apoio às decisões dos sem terra, mas sem tomar a iniciativa de promovê-las.

Referências bibliográficas

BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil).

CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). *Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CENTRO de PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1986, v.2.

CNBB. *Diretrizes gerais de ação evangelizadora da Igreja no Brasil (1995-98)*. São Paulo: Paulinas, 1995.

CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Paulinas, 1983. (Col. Estudos da CNBB, n. 11).

CNBB. *Reflexão sobre a conjuntura política*. São Paulo: Paulinas, 1981. (Col. Documentos da CNBB, n. 22).

COUTO, L. F. *A gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.

CPT. *A luta pela terra. A Comissão Pastoral da Terra, 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

HOFFMANN, L. S. *A cruz e a bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra do RS -1981-1987*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 1997.

MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATOS, H. C. J. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 3 – período Republicano e Atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.

MOURA, A. C. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas - 1984-2004*. Tese de Doutorado em História Cultural pela UNB, Brasília, 2007.